Raízes, resistência e reparação[1]

https://doi.org/10.62551/2595-4539.2024.531

Diva Moreira[2]

Rodrigo Ednilson de Jesus[3]

Resumo: No mês da Consciência Negra e no primeiro ano em que o dia 20 de novembro foi instituído como feriado nacional, o programa Pensando em Minas recebeu os convidados Diva Moreira e Rodrigo Ednilson de Jesus para uma conversa sobre a luta do movimento negro por reparação histórica – tanto pelos danos causados pela escravidão quanto pelas injustiças perpetuadas ao longo dos séculos. O debate também abordou a urgência da construção de um novo projeto de nação, justo e inclusivo. A transmissão ao vivo foi feita no dia 7 de novembro de 2024 pela TV Assembleia e pela página da Escola do Legislativo no YouTube.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Políticas de ações afirmativas. Pautas identitárias. Política de cotas.

1Programa exibido pela TV Assembleia em 6 de novembro de 2024.

2 Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em Comunicação Social (Jornalismo) também pela UFMG. Professora do curso de Fenomenologia e Saúde Mental da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Escritora e ativista social na defesa dos valores democráticos. Fundadora da Casa Dandara, projeto de cidadania do povo negro.

3Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou o pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal.Integrante da linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG e presidente da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social da mesma instituição.

PARTE I – Apresentação e exposição dos convidados

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Olá, sejam todos muito bem-vindos ao nosso *Pensando em Minas*, uma produção da Escola do Legislativo com a TV Assembleia. Nossa proposta é trazer todos os meses pessoas especialistas e renomadas para discutirem conosco temas relevantes.

Neste mês de novembro, nós estamos celebrando o Mês da Consciência Negra no Brasil. Pela primeira vez, o dia 20 será feriado nacional, e nós teremos a possibilidade de discutir com um certo aprofundamento não só nossas raízes africanas e nossa herança, mas também nossos problemas, nossos dilemas e nossas perspectivas. Daí o título "Raízes, resistência e reparação".

Para essa discussão, nós temos hoje conosco a professora Diva Moreira, referência nacional nesse tema. Nascida em Bocaiuva, Diva é mestra em Ciência Política pela UFMG, ativista social, intelectual, escritora, jornalista, professora, cientista política. Tem uma trajetória marcada pela luta antirracista e participou, por exemplo, da reforma sanitária e da luta antimanicomial, no processo de redemocratização do Brasil. Nos anos 1980, Diva fundou e dirigiu a Casa Dandara, um centro de política e cultura voltado para a população negra de Minas Gerais. Foi a primeira secretária municipal de Belo Horizonte que teve como incumbência tratar desses assuntos. Enfim, Diva não para. Até onde sei, está agora preparando um novo livro (*Justiça racial e reparações: o caminho para a democracia no Brasil*).

Com ela, temos o professor Rodrigo Ednilson de Jesus, que, como no caso de Diva, dispensaria comentários. De toda forma, vou ler brevemente alguns dados curriculares. Rodrigo é graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Educação pela UFMG. Também fez um pós-doutorado, entre

2019 e 2020, no CES[4]). Lá, ele investigou o tema "Ações afirmativas, heteroidentificação racial e identidade nacional no Brasil". Professor da UFMG, atualmente trabalha na linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas, do programa de pós-graduação. Além disso, preside a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social da mesma universidade e tem atuado muito na formação de membros de bancas de heteroidentificação, como, por exemplo, no Tribunal de Justiça de Minas, no Ministério Público no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Tribunal de Contas de Santa Catarina e em inúmeras universidades. Entre suas várias publicações, destaco aqui um de seus livros, *Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção no Brasil?*, e o mais recente, que tem dado muito o que falar, *Quem quer (pode) ser negro no Brasil?*, de 2021.

Como eu disse, nós estamos no Mês da Consciência Negra. Para quem não sabe, o feriado nacional faz referência à data da morte de Zumbi dos Palmares, o personagem que encarna toda essa herança, toda essa perspectiva de luta e todos os desafios que a questão envolve.

Nós queremos, então, discutir um pouco como está a sociedade brasileira nessa trajetória. Afinal, de onde viemos, o que fizemos, o que temos por fazer? Não deveria ser preciso, mas acho que devemos discutir, inclusive, a importância dessa pauta – porque, para alguns, hoje isso nem é pauta mais – e discutir como é que temos trabalhado. Se pensamos que, em pleno século XXI, o racismo não deveria ser problema, quando olhamos para os dados de 2023, percebemos que houve um aumento de 127% dos casos registrados no Brasil. Para falar de uma área que todo mundo conhece bem, no futebol houve um aumento de 40% – e o futebol é considerado um esporte de integração. Ao mesmo tempo, as iniciativas que têm sido tomadas no sentido de ações afirmativas de reparação ainda são tímidas, quando não tratadas como questão secundária. Enfim, não é muito auspicioso o cenário. Justamente por isso temos que discuti-lo.

4 Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Diva, aponte os caminhos para nós, nos ajude nessa discussão.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Apontar caminhos é o que eu estou buscando fazer na produção deste livro. Há mais de 20 anos, eu comecei a escrevê-lo. Nesse tempo, eu tenho pensado nas reparações, um dos temas da nossa conversa hoje, neste *Pensando em Minas*.

Para falar a verdade com vocês, eu reconheço alguns avanços, avanços que são resultado, inclusive, da luta dos movimentos sociais. Não houve nenhum momento na história recente deste país em que um governante acordasse e falasse algo assim: "Olha, quando eu era criança, eu via essa gente mal; agora eu sou governante/adulto/velho e estou vendo essa gente mal; quem sabe eu posso fazer alguma coisa?". Não. Tudo o que aconteceu neste país – por exemplo, o trabalho do Ednilson, que você acabou de comentar – não foi resultado de alguma coisa que veio de cima. Não. Foi resultado de nossa luta, a duríssimas penas e sob muitos ataques.

Quando estávamos lutando por ações afirmativas nas universidades, intelectuais brasileiros de renome fizeram uma carta contra isso, falando que estávamos defendendo valores que não eram republicanos. (Defender uma República que nunca fez nada por nós!?). Aliás, eu fazia parte do grupo que achava que o golpe que deram contra nós foi a partir de 1888, com a Abolição, mas pesquisando para este livro, percebi que não. O golpe contra nós foi dado em 1889, com a República, que assim nos alijou do mercado de trabalho e fez uma perseguição cultural que já vinha acontecendo desde a escravização e que foi mais intensificada. Em 1890, tem o Código Penal. Se pegarmos o Código Penal do início ao fim, vemos para quem eles estão fazendo aquele código: para aqueles que tinham aspecto lombrosiano[5],

5 A teoria lombrosiana, também conhecida como teoria do criminoso nato, foi desenvolvida pelo médico e criminólogo italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que defendia que a propensão a cometer crimes era hereditária.

como diziam na época, e como já havia dito Nina Rodrigues[6], que fez escola, pois até hoje a polícia fala que há um perfil para o bandido. Ou seja, é o perfil lombrosiano que está vigente no nosso Judiciário, no nosso sistema de justiça criminal, o que é uma injustiça.

Meu raciocínio é: todos os esforços foram feitos por nós, assim como algumas conquistas, inclusive no campo dos novos conhecimentos. Antes não havia escritores negros. Quando eu comecei a escrever esse livro, eram poucos, mas hoje eu estou encontrando a turma do Copene[7], dos pesquisadores negros e negras articulados. Tudo isso foi esforço nosso, claro, de nós que fomos atrás do que nos interessava. Houve um certo apoio de algumas agências públicas, mas, afora isso, viemos, de certa forma, nadando contra a correnteza. Por que eu falo assim? Porque, se olhamos ao nosso redor, vemos o que significa o projeto de Emenda Constitucional da Segurança Pública. Isso me deixa perplexa, porque eu vi figuras renomadas da nossa República dizendo o seguinte: "Olha, está tudo descoordenado. Uma instância prende; outra instância solta". Se houver mais prisões – se tudo ficar mais azeitado, como querem –, isso, na verdade, não é para a Segurança Pública. É porque a insegurança está encarnada em nós até hoje. O Brasil hoje tem a terceira maior população encarcerada do planeta. Sabemos que quem está na cadeia, em sua maioria, é a população negra, em especial a juventude. Então, se for para prender mais, o Brasil vai chegar, em breve, a ter a segunda maior população encarcerada do mundo.

Enquanto isso, como vemos a questão social no nosso país? Está muito mal. Em 2018, a OCDE[8] lançou um relatório chamado "Elevadores sociais quebrados". Eu achei fantástica a metáfora

6 Raymundo Nina Rodrigues é considerado o fundador da antropologia criminal brasileira. Foi fortemente influenciado pelas ideias de Lombroso, adotando uma perspectiva racista segundo a qual africanos e povos miscigenados eram mais predispostos à criminalidade.

7 Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

8 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

do título. "Elevadores sociais quebrados": nós estamos aqui [na base]; o elevador está aqui [no topo]. E o Brasil foi incluído ali. Essa pesquisa da OCDE mostra que será preciso nove gerações (!) para que se alcance o mesmo nível médio de renda. Não estamos falando de um preto ir para o Supremo Tribunal Federal, para a Presidência da República, para o Ministério da Fazenda. Isso é só para que se chegue ao mesmo nível de renda de 2018.

Os antropólogos que se reuniram num grande encontro na UFMG, neste ano [2024] falaram que, nesse ritmo, serão necessários 250 anos para fazer a de titulação completa das terras quilombolas. Daqui a 250 anos, não existirá terra quilombola, por causa da destruição causada pelas mineradoras, do avanço das empresas de carvoaria, etc. Os quilombolas são geniais para falar disso. Então, estamos falando sobre esse documento de 2018: nove gerações para melhorar um pouquinho. Mas, no meio do caminho, não tem uma pedra, como dizia o nosso querido Carlos Drummond. No meio do caminho, tem uma rocha.

O ajuste fiscal que está sendo anunciado está virando festa para a Faria Lima[9] e para os bancos. Considerando-se a nossa situação no País – que tem uma das maiores concentrações de renda do planeta –, com o ajuste, haverá piora. E, provavelmente, valeria a pena pedir à OCDE para realizar, a partir da mesma fonte, com a mesma metodologia e com a mesma respeitabilidade, um novo estudo daqui a um ano para vermos os impactos disso sobre a saúde da população negra. Isso é um absurdo! A população negra é 100% SUS-dependente. Eu também sou SUS, porque ajudei na reforma sanitária. (Uma das coisas que eu mais valorizo na vida é a coerência; então eu sou SUS.) Mas, se fizerem a flexibilização dos recursos do SUS, como já estão anunciando há muito tempo, o que vai acontecer? O sistema não é uma maravilha. Ele tem muitos problemas. A população ainda espera muito para conseguir um exame de maior complexidade ou uma cirurgia, mas isso vai ficar mil vezes pior se tirarem recursos do SUS. Isso é um absurdo!

9 A Avenida Brigadeiro Faria Lima é o principal centro financeiro de São Paulo.

A educação está mal. Eu estive em Brasília no mês passado para discutir a questão da equidade, a convite da Secadi[10], abordando temas relacionados às relações étnico-raciais, à educação quilombola, indígena, no campo... Está tudo mal. A Secadi faz um enorme esforço de formação do professorado para a educação das relações étnico-raciais. No entanto, 70% dos professores são contratados. Então, faz-se uma formação neste ano e, no ano que vem, já não estão os mesmos professores. Por isso, podemos dizer que estamos jogando dinheiro fora, enxugando gelo.

Estamos enfrentando problemas seríssimos no nosso País até hoje. Por exemplo, eu lutei pela democracia no nosso País, pela redemocratização – eu acreditava nisso, usava essa palavra. Hoje, acho que essa palavra é um palavrão na minha boca porque, para a população negra, este país nunca foi democrático. Nunca fomos resguardados pelo guarda-chuva do Artigo 5º – "Todos são iguais perante a lei...". Nós não temos nenhuma das liberdades fundamentais, aquelas que garantem os princípios básicos da cidadania: a liberdade, a igualdade, a fraternidade. Nada disso nos resguarda. Tenho uma prima cujo filho, um negão com um carrão, e o tempo todo ele é grosseiramente abordado. Ele sai do carro, e o policial não está ali para perguntar algo como "Como é que é, companheiro? Por favor, me mostre seu documento". Não! Ele desce do carro – um trabalhador – ele mostra a roupa suja e diz "Olha aqui, eu sou um trabalhador". Como é que fazem uma coisa dessas?

É assim que a nossa população é tratada. Vou colocar no meu livro que o racismo no Brasil – e vou usar a Hannah Arendt para mostrar isso – é um sistema de dominação totalitário. Ninguém fica de fora. Você, que é professor universitário, está livre? Eu, que sou velha, conhecida, cientista política, estou livre? Ninguém está livre de ofensas e agressões raciais. Ninguém. Isso é desde antes do nascimento. Temos estudiosas que vêm trabalhando com a questão da violência obstétrica,

10 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (MEC).

que recai sobre nossas mulheres. Então, desde antes de o bebê nascer até nossos velhos, que não têm a mesma expectativa ou a mesma esperança de vida que as pessoas velhas brancas. E, às vezes, nós, mulheres negras, perdemos até para homens brancos em certas áreas quando se trata da longevidade. Estamos muito mal. Este ano teremos o primeiro feriado nacional [referente ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra]. No campo do simbólico, fazem umas "gracinhas" para nós – o feriado, etc. –, mas vão mexer na tributação das grandes fortunas? Porque é por aí que passaria a justiça. Por exemplo, eu estou fazendo uma proposta de reparações que jamais vai caber com o ajuste fiscal; pelo contrário, o ajuste fiscal vem e me atropela. Por isso, falei que existe uma grande pedra gigantesca à nossa frente.

Mas, eu gosto sempre de finalizar com uma palavra de esperança. Eu acho que a situação está muito difícil. Eu não sou ingênua; sou uma pesquisadora velha, ativista; falo com a moçada e com gente de todas as idades. Está difícil, mas eu tenho uma enorme esperança nessa moçada que está vindo. É movimento social para tudo quanto é canto; é gente querendo se organizar. Acho uma maravilha! Nas favelas, nas quebradas, na música, no *hip-hop*, na produção intelectual da Copene… Temos as blogueiras negras; existe agora o afroempreendedorismo. São coisas que nem existiam no meu tempo. Então, eu faço uma aposta no nosso povo e na solidariedade de quem é branco e chega junto conosco. Porque nós não queremos uma sociedade segregada, onde só os pretos estejam bem. Nós queremos justiça para todos. No entanto, veja o que acontece: o Conselho Federal de Medicina está contra nós, batendo na gente, porque não quer ação afirmativa na residência médica. Está chamando isso de "racismo reverso". Racismo!? Nós é que somos racistas, viu, Ednilson? Nós! E, para finalizar, digo que existem pessoas brancas que são solidárias, que são ativistas antirracistas. Não são tão atentas quanto a gente, porque nós somos atentas desde sempre, desde bebezinhas. Mas, mesmo com tudo isso, eu sou otimista, sou esperançosa.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Que bom. Talvez tenhamos pouco para comemorar, mas temos muita esperança, não é? Ednilson, o que podemos esperar então?

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Primeiro, quero agradecer o convite para participar do "*Pensando em Minas*". Ouvindo a Diva – que, quando comecei nas Ciências Sociais, estudando políticas de igualdade racial em Belo Horizonte, era uma grande referência na política municipal, mas também vendo o livro (que talvez tenha sido meu primeiro encontro com o movimento negro Depoimentos do CPDOC[11], que tem um rico depoimento dos militantes do movimento negro, inclusive o de Diva) – fica para mim muito reforçada a noção de movimento. Não apenas do movimento social negro, que faz tanto a denúncia do racismo e a denúncia da desigualdade quanto a comemoração da vida. E acho que a comemoração da vida é também uma denúncia do racismo, porque o racismo é uma forma de nos eliminar e a comemoração da vida é uma resistência. O samba é uma negativa muito incisiva. Queremos viver e queremos comemorar a vida.

Diva chama a atenção para o próprio movimento da nossa sociedade, que tem o racismo como um pêndulo. Ao mesmo tempo que há indivíduos e coletivos que lutam contra o racismo, também existem indivíduos e coletivos que lutam a favor do racismo. É preciso dizer isso para que não se passe uma ideia ingênua de que o movimento social negro está lutando por uma coisa sobre a qual há um consenso. Se todo mundo entende que o racismo tem que ser eliminado, não precisaríamos lutar contra ele. Ele já estaria eliminado. Então, existem, sim, movimentos sociais e políticos pela manutenção e pela reprodução do racismo.

11 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado à Fundação Getúlio Vargas.

Diva começou falando sobre o Código Penal de 1890. Mudamos o regime e, quando abolimos a escravidão, o primeiro movimento não foi de criar o Código Civil para atribuir direitos à população, mas sim o de construir um código para criar controle sobre a população. Eu tenho chamado de "ações negativas", essas primeiras políticas dirigidas à população negra. Hoje, quando se pergunta a alguém se é a favor das ações afirmativas, as pessoas costumam dizer que elas são uma espécie de esmola do governo, uma "cota esmola". Na verdade, as políticas de ações afirmativas são uma reação contra os efeitos das políticas de ações negativas. Um exemplo disso é a Lei da Vadiagem que, dois anos depois da Abolição, impôs pena de reclusão para as pessoas que não tinham moradia, sem mencionar explicitamente as pessoas negras. Essa é a ambiguidade que marca as políticas negativas brasileiras, porque nenhuma delas, no período republicano diz "somos todos iguais"; ao mesmo tempo, essas leis dizem "determinadas pessoas só podem entrar no Brasil pela imigração se forem autorizadas pelo Congresso" e concedem financiamento público para a imigração de determinados grupos europeus.

Como sociólogo, tenho uma licença sociológica para assistir novelas, *Big Brother*… e fazer análise [risos]. Eu gosto muito de fazer referência a uma novela [Sinhá Moça], em que, no último capítulo, se mostra uma troca de contingente populacional: os negros saem e os brancos entram. No diálogo em que a personagem Sinhá Moça estabelece com os imigrantes, ela diz: "Cada um de vocês vai receber um pedaço de terra para construir sua moradia e trabalhar". Pedaço de terra é cota. Então, os imigrantes italianos foram os primeiros cotistas do período republicano. E essa cota se sustentou, claro, com esforço… mas essa atribuição de cotas o governo brasileiro não deu à população negra, que foi "liberada", ficando à própria sorte. Nos últimos 130 anos, temos visto o movimento de um grupo que luta por reparação e por igualdade material, ao mesmo tempo em que vemos um movimento de conservação. O que tivemos a partir de 2013, de forma mais pujante, fica muito explícito na frase "Quero meu Brasil de volta", pronunciada justamente quando começa a haver política de ação afirmativa para a população

negra, quando começa a haver atribuição de direito trabalhista para empregadas domésticas. "Quero meu Brasil de volta", porque agora o aeroporto virou rodoviária, ou seja, porque aqueles que antes não podiam ter acesso começam a ter.

Então, vamos tendo uma luta de projetos de nação que passa também pela questão racial. A política de ação afirmativa, que mexe pouco com a estrutura de desigualdade – a presença de estudantes negros nas universidades e a presença, ainda muito residual, de professores negros nas universidades federais públicas, que não chega a 15% – mexe pouco com a estrutura de desigualdade, mas incomoda muito.

Penso eu que Mês da Consciência Negra sirva para comemorar nossa resistência, mas também para fazer a denúncia da continuidade do racismo. É um mês para ser fiel ao legado de pessoas como Diva, como Marcos Cardoso, como Nilma Lino Gomes, como o Vovô do Ilê, que abriram caminho para podermos falar sobre isso em um espaço público como hoje. Pessoas negras precisam reforçar a consciência da desigualdade e da luta, mas é preciso que pessoas brancas, que construíram essa estrutura de desigualdade, também possam olhar e refletir sobre sua responsabilidade nesse sistema, porque quem inventou um sistema de desigualdade também precisa se comprometer, até para nos ensinar quais são os caminhos de construção para desconstruirmos juntos esse sistema de desigualdade.

PARTE II – Debate

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Ednilson, quando você fala nessa questão das políticas de ação negativa republicana, percebo que se trata de uma expressão de algo mais profundo, ideológico mesmo, ou, como alguns dizem hoje, da ideia de racismo estrutural, entranhado. E daí podemos dizer, inclusive, como a Diva disse, que todos estamos dentro disso. Trazendo isso para algo que você aca-

bou de dizer também, por que determinados comportamentos, às vezes abertos, às vezes mais ocultos, mas evidentemente racistas, têm ressurgido? Por que, há 10 ou 15 anos, um candidato que se mostrasse abertamente racista seria rechaçado e hoje nós vemos na política pessoas abertamente racistas na política e, ao mesmo tempo, as pautas de ação afirmativa não são mais pautas... Quer dizer, estamos retrocedendo? E, sobre esse aspecto ideológico, não só ainda nem temos políticas para maquiar a situação – ou são muito poucas –, mas também, ao que parece, estamos vivendo um retrocesso. Como você disse, esse "meu Brasil de volta" é a volta da casa-grande & senzala, não é? Estou dando mais corda a isso, porque acho que é um tema importante.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Eu queria pegar essa parte, porque a ideia do racismo ressurgindo pressupõe que, em algum momento, ele tivesse desaparecido. Eu me refiro a certos comportamentos, mas é porque, durante muito tempo – e ainda hoje –, o racismo foi pensado como uma expressão individual, como se fosse uma patologia, algo de alguém "desajustado mentalmente". Não à toa, pessoas que cometem racismo muitas vezes vão às redes sociais vestindo camisa branca, com os olhos cheios de lágrimas, dizendo: "Quem me conhece sabe". Como se o racismo fosse uma expressão de um desajuste emocional e, portanto, uma exceção, e não a regra da nossa sociedade.

Obras sobre racismo estrutural e racismo institucional mostram que o racismo é a regra, não a exceção. Portanto, a expressão individual do racismo é uma expressão do racismo, mas ele está disponível para todas as pessoas, porque estrutura nosso pensamento. Quando o colonizador português vai à África, coloniza racialmente a sociedade brasileira. Portanto, qualquer um pode usar o imaginário racista para ganhar a competição com o outro. Só que esse racismo relacional está na base da distribuição de riqueza e da desigualdade. É por isso que eu disse que é uma política de ação negativa, não

apenas de um comportamento ou de uma ideia política – é a arte de governar corpos. O racismo é uma política de governar corpos e uma política que estrutura a relação.

Não é só porque pessoas negras são vistas como feias, como selvagens, mas elas recebem menos porque são vistas como não humanas. E, como não humanas, não merecem a mesma dignidade. Um político que fala isso publicamente, vocaliza, de certa forma, um imaginário que está presente na perspectiva coletiva. Quando um candidato internacional ganha uma eleição associando imigrantes haitianos a pessoas que comem cachorros e gatos, numa reiteração do filme *O nascimento de uma nação*, em que o homem negro era associado ao estuprador, ele está conversando com a expectativa de uma população. Isso reitera o racismo: a emergência de denúncias do racismo agora talvez não esteja acontecendo porque o racismo está se expressando, mas porque as pessoas estão tomando consciência de que elas têm direito de denunciar o racismo. E acho que isso é fruto do movimento social negro.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Com certeza.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Com certeza. Eu trouxe umas "colinhas" e fui autorizada a lê-las. Veja só: estamos falando de racismo estrutural, Ednilson, e eu queria puxar o assunto para Minas Gerais. No Congresso Legislativo, em 24 de outubro de 1891, três anos após a abolição da escravidão – como você disse –, houve uma série de políticas de cotas para imigrantes. Um dos temas mais fortes, mais contundentes do meu livro vai ser o Projeto Emigrantista, porque foi uma tentativa de nos descartar do País. Eles não nos queriam, em hipótese alguma. Não queriam herdar uma população majoritariamente negra.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Era o branqueamento.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Sim, mas o branqueamento pela miscigenação iria demorar. João Batista de Lacerda chegou a mostrar em Londres aquele quadro da mulher preta, feliz porque a filha já era mestiça e casada com um homem branco. O bebezinho no colo era branquinho. Ele mostrou que seria possível no Brasil superar a "maldição de Cam" –segundo a Igreja Católica, éramos pretos por causa dessa tal maldição. Quem quiser, depois leia mais no meu livro, porque lá explico o que é a maldição de Cam. Veja só: acharam muito tempo esperar cem anos. João Batista dizia que, em cem anos – ou seja, em 2011 –, não haveria mais preto no Brasil.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

No ano das cotas…

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Pois é, não teria mais preto no Brasil. É claro que as elites já estavam ali com o racismo científico, produzindo outras alternativas para se livrar de nós e não queriam esperar cem anos para a população branquear, mesmo porque muitos falavam da mestiçagem como algo negativo. A turma da eugenia achava o mestiço uma peça degradante na escala genética. Então, o que acontece conosco naquele período histórico? O IBGE mostra que, em 49 anos, entraram no País aproximadamente 5 milhões de imigrantes. Menos do que isso entraram escravizados no Brasil em praticamente quatro séculos. Foi um choque demográfico brutal! Os imigrantes receberam terras, recursos, ferramentas, remédios, cesta básica – tudo isso está documentado, não estou inventando; é tudo resultado de pes-

quisas. Inclusive, recebiam dinheiro, e, para crianças de determinadas idades, eram uns réis a menos, de acordo com a faixa etária. Quando falamos em reparações, eu falo em reparações financeiras para determinados segmentos da população negra, mas eles tiveram reparações financeiras, sim, e de acordo com a faixa etária. Eles foram totalmente beneficiados.

Enquanto isso, Severiano de Rezende disse no Congresso Legislativo – como se chamava naquela época a Assembleia Legislativa: "Na legislação, especialmente em disposições policiais, nós já temos meios de fazer com que os vagabundos e vadios não se aglomerem como enxames nos cortiços de nossas cidades ou errem pelas estradas e infestem as nossas povoações". Isso, inclusive, nos animalizando. É a história sobre a qual você nos falou, Ednilson, a da desumanização: nos comparavam a animais, dizendo que "infestávamos", como um "enxame". Isso, para os linguistas, é café-pequeno, certo? "Errem", "infestem" – olhem o palavreado do deputado Severiano de Rezende, três anos após a Abolição! Enquanto isso, uma política que seria fundante para nós, que é a política de educação, nos considerava "esquecidos da sorte". Estávamos descartados da sociedade brasileira, porque éramos "esquecidos da sorte", algo totalmente aleatório. Não houve nenhuma política, não houve nenhuma estratégia, nenhuma tática para nos descartar. Nós simplesmente fomos esquecidos; a sorte não nos beneficiou. Deveria ser ofertado aos "esquecidos da sorte" apenas o necessário para dotar de qualificação a mão de obra necessária às ideias republicanas. Ou seja, educar alguns, formando-os para a vida, e instruir a maioria, capacitando-a apenas para o trabalho. Quem falava isso, penso eu, era Francisco Mendes Pimentel – de quem existe um busto na UFMG –, aquele que é considerado o fundador da Universidade Federal de Minas Gerais. Eles não nos queriam em lugar nenhum. Você falou muito bem, Ednilson: não havia nada lá que era contra preto, mas era capcioso: o racismo no Brasil era delicado. Eles determinavam o seguinte: crianças sem uniforme não entram nas escolas; crianças de pé no chão não entram nas escolas. Quem estava descalço? Quem não tinha uniforme? Eram as crianças negras.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Quando refletimos desse jeito, ficam bem evidentes os mecanismos estruturais e como isso é fundamental e, sendo fundamental, perpassaria toda a nossa experiência de sociedade e, evidentemente, a política. Ao mesmo tempo, no que hoje se chama de pautas identitárias e até na questão de pauta *woke*, de que se fala hoje em dia, há muita crítica, seja do lado conservador – talvez daqueles saudosistas da casa-grande –, seja no campo progressista. Hoje, instaurou-se um debate. Não me refiro a apenas um ou dois indivíduos, mas a figuras eminentes, significativas, com produção teórica relevante, que tentam colocar essas questões em um plano secundário. Não há um problema nesses enunciados? As pautas identitárias não são importantes? Mas o que não é uma pauta identitária? Por outro lado, se é fundamental, há uma maneira de trabalhar esses temas ou abordar outras questões esquecendo esse componente?

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Essa questão das pautas identitárias me provoca bastante, porque eu tenho discutido como o poder produziu determinadas identidades como "não identidades", como determinados coletivos de sujeitos se entendem como sujeitos humanos *per si* e, portanto, os humanos não racializados ou não identitários. Eu vou dar um exemplo daquilo que Diva mencionou sobre o Conselho Federal de Medicina. Nesta semana, o Conselho Federal de Medicina escreveu uma nota, e eu estou preparando um livro que pretendo chamar de *Cartas da branquitude à sociedade brasileira* e cuja ideia é analisar algumas cartas, como a carta dos "113 cidadãos antirracistas contra leis raciais", a carta da Associação Brasileira de Antropologia contra a heteroidentificação e essa do Conselho Federal de Medicina. O conselho diz que cotas para residência médica produziria um preconceito reverso, porque essas pessoas já foram beneficiadas pelas cotas na graduação e, portanto, agora todas são médicas e médicos e não precisariam mais de "desigualação". Como se o próprio percurso na graduação em Medicina não fosse reprodução de

desigualdades e de racismo. Eu fui buscar fotos do Conselho Federal de Medicina. Vocês devem imaginar qual a cor dos seus membros. O mais curioso é que é um conjunto de pessoas brancas que não se veem como tais, mas, quando seus privilégios são questionados, mobilizam a sua identidade branca para dizer que sofrem racismo. Ou seja, se não fossem identitários, não seriam capazes de mobilizar sua identidade. Isso acontece também com parte de meus amigos progressistas de esquerda, que ainda organizam a leitura do mundo a partir de categorias formuladas há 120 anos na Europa, que não dão conta de entender como o racismo produz o capital. A matéria-prima, a acumulação primitiva do capitalismo brasileiro, é sustentada pelo racismo e pelo trabalho não pago.

Eu recebi um meme hoje que dialoga muito com isso: "Candidato diz: 'Pessoas precisam morrer'. As pessoas Z dizem: 'Nós não queremos morrer'. Um analista político conclui: 'As pessoas Z são identitárias'". Não, nós não queremos morrer, e esse discurso da eliminação de um grupo está sendo mobilizado também por pessoas que se organizam em uma identidade, só que em uma identidade silenciada. É o pacto simbólico da branquitude.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

A identidade delas é vista como normalidade. É a humanidade. Então nós é que estamos fora.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

É a identidade como padrão.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Quando olhamos a medicina, quando olhamos o Congresso Nacional, vemos homens brancos velhos.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

E o Supremo Tribunal Federal…

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Ao fim e ao cabo, isso não deixa de ser a ideia de quem falou que, em 2011, todos seriam brancos, não é? Ou seja, o padrão se afirmaria e o resto não existiria mais.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

No Supremo, a previsão de João Batista de Lacerda se cumpriu. Na universidade, na docência, a previsão se cumpriu, porque ele dizia que 80% seriam brancos. Nos lugares de privilégio material, a previsão se cumpriu. E é por isso que gera revolta, porque eles dizem: "Eu quero o meu Brasil de volta". Eu não quero…

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

E aí entra a questão da etnia, da cor da pele, mas também uma miríade de elementos culturais, de valores, etc. Tudo é igualmente rechaçado. Isso é, de certa forma, uma negação de, pelo menos, uma possibilidade de projeto de Brasil.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Com certeza! E eu queria comentar isso também, porque eu ando como você, Ednilson, estou uma "arara" com essa história do identitarismo. Primeiro, porque nós defendemos a identidade negra. Outra coisa é o identitarismo que é uma construção ideológica produzida por eles. Seria até interessante reunir, um dia, os brancos que nos acusam de identitários para entender o que eles consideram identitarismo. Porque, veja só, nossas crianças

negras são discriminadas o tempo todo! E o mais chocante é que sou uma mulher que, há mais de 70 anos, deixou a escola por ter sido discriminada no então chamado ensino primário. Há mais de 70 anos! Quando vejo gente com 50 anos falando sobre isso, gente com 30 e até crianças pequenininhas… Em 70 anos, nós não demos conta de fazer com que nossa identidade fosse respeitada neste país. E eles acham isso uma banalidade. Não têm a menor compreensão do que é a construção da nossa identidade, do que significa as mulheres negras deixarem seus cabelos soltos, sem precisar do alisamento, porque o padrão de estética era o cabelo liso. Eles não têm a mais pálida noção do que são os nossos esforços para nos aceitarmos. Um branco acorda de manhã, se olha no espelho, e está tudo certo. Eu me lembro de ter entrevistado uma jovem negra que disse: "Eu me olho no espelho toda manhã e me pergunto: por que Deus me fez assim?". Que coisa cruel! E a menina era linda! Não tinha nenhum defeito – a não ser o "defeito" da cor.

Então, primeiro, há a necessidade de construção da nossa identidade. E a isso se agrega a Lei 10.639, porque ficamos com nossa identidade robustecida, quando conhecemos a nossa história, quando conhecemos a nossa cultura, quando conhecemos a África não degradada pelo tráfico de escravos? E veja só: nós temos feito um esforço enorme. Aí vêm também, como você falou, os progressistas e nos atacam. Eu acho que o identitarismo tem sido uma maneira elegante da esquerda, dos progressistas nos atacarem, dando uma aparência de não racismo. "Não, o negócio é o identitarismo; é porque tem um exagero nessas pautas". Porque eles falam que nós não vemos os problemas da maioria, porque nos interpretam como minoria até hoje. Mas pautas identitárias não são pautas de minoria, são pautas da maioria do povo brasileiro, constituído por população negra e por mulheres. Quando as mulheres negras querem uma vaga no Supremo, por exemplo, a mulher branca também quer essa vaga.

Se olharmos o Brasil no contexto mundial, o País está atrasadíssimo no que diz respeito à presença das mulheres na política, apesar da robustez do movimento feminista. O Brasil está atrasadíssimo no que diz respeito à presença de mulheres em

cargos eletivos. Além disso, temos a população LGBT, os ciganos e os indígenas. Então, nós somos minoria? Não! Eles é que têm essa capacidade mágica de transformar as maiorias em algo invisível, enquanto eles representam a universalidade. E nós, então, ficamos parecendo os chatos que ficam puxando o paletó deles para lembrar das nossas pautas das "minorias", supostamente pautas identitárias. Eu ando brava!

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Sim, uma política de cotas, por exemplo, não é uma política para uma parte, é uma política para o todo, é uma política que deliberadamente quer afetar o todo. Pegando o gancho no título do seu livro, *Quem pode ser negro no Brasil?*, a vida do pardo e do preto é igual no Brasil? Como entra a questão da autodeclaração e da heteroidentificação? Já vi isso sendo utilizado como um argumento contrário: "Não, não tem isso: no Brasil, todo mundo tem um pezinho na África!". Como é concretamente isso?

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Na cozinha, como Fernando Henrique Cardoso falava.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Quando escrevi esse livro, eu quis colocar um título que trouxesse duas perguntas. A primeira: "Quem quer ser negro no Brasil?" ("Quem quer ser negro num país que odeia pessoas negras?"). E a segunda: "Quem pode ser negro no Brasil na era das políticas de ações afirmativas?". Essa é a questão que estamos debatendo. Por que será que agora, com as políticas de cotas, todo mundo que se diz negro pode ser negro? Eu tenho sido muito incisivo ao dizer que, no Brasil de 2024, não existem políticas de cotas para pardos. As políticas de cotas são para pessoas negras, que podem ser negras de pele preta ou negras de pele parda. Qual é essa distinção? A distinção é que não exis-

tem cotas para mestiços no Brasil, porque a política de cotas para negros é uma política de ação afirmativa que visa a reparar os efeitos das ações negativas do racismo. Portanto, a política de cotas não é para uma pessoa que é filha de uma pessoa negra e de uma pessoa branca. Não existe política de cotas para filhos de negros, e sim para pessoas negras que são potencialmente alvos do racismo.

Essa confusão vem do fato de que, pelo menos desde a década de 1930, o Brasil foi colonizado pela ideia de democracia racial, que associa o povo brasileiro a mestiço e a pardo. Portanto, qualquer um que não seja nem loiro nem preto é pardo, e, nesse sentido, todos os pardos teriam direito às cotas. Só que esse é um argumento contra as cotas, pois, se todo mundo tem direito às cotas, então as cotas não precisam existir.

Então, o que eu tenho dito é que as cotas não são para todas as pessoas que se veem como pardas, e sim para aquelas pessoas que, se vendo como negras, também são vistas como negras e são alvo potencial do racismo no cotidiano. Se alguém diz: "Ah, eu sempre me vi como pardo, mas não sou negro", essa pessoa nem deveria concorrer às cotas. Pode ser que ela se veja, mas não seja vista assim, e é por isso que a heteroidentificação produz uma tensão, porque ela produz a necessidade de as pessoas olharem para si e reconhecerem sua posição social. Por isso, muitos me perguntam: "Como você me vê?". E eu respondo assim: "Olha, eu não estou trabalhando em comissão de heteroidentificação". Mas o que eu quero dizer é: "Como você é visto socialmente? Como você é tratado a partir do seu corpo no mundo?". É isso que as pessoas precisam pensar para, inclusive, fazer um convite para as pessoas fenotipicamente brancas pensarem: "Com quantos anos você descobriu que era branco?". Às vezes, precisamos fazer um "chá de revelação" [risos].

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

É isso mesmo. E hoje, por exemplo, estamos discutindo aqui na Assembleia um projeto de lei que trata da igualdade racial. O

que é, afinal, essa igualdade racial? É um projeto utópico? Como você vê isso, Diva?

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Quando você me pergunta se é um projeto utópico, eu digo que defendo um novo projeto de nação. Eu acho que só sairemos desse imbróglio e construiremos igualdade, liberdade, equidade – todos esses valores que, inclusive, vêm desde o Iluminismo e das nossas comunidades quilombolas – por meio de um novo modelo de sociedade. Todas as nossas experiências no País são maravilhosas para essa construção. Nossas lutas, como Canudos e o Caldeirão de Santa Cruz, foram lutas que Abdias Nascimento chamava de quilombismo e que eu tenho chamado de protossocialismo. Inclusive, não havia propriedade privada ali. Era muito interessante: a produção era para o consumo da comunidade, havia reservas para tempos de seca – essas comunidades que estou citando eram do Nordeste – e havia uma provisão guardada para quem chegasse passando fome, para as famílias recém-chegadas que eram acolhidas. Sempre era tripartite a divisão daquela produção.

Então, eu acho que esse projeto de nação está esgotado. Não tem saída. Eu sonhava com a Constituição de 1988; lutei por ela, fiquei maravilhada. Tínhamos aquelas emendas populares; íamos para as ruas colher assinaturas. Lutei por aquilo. Veio a Constituição de 1988 e, pouquíssimo tempo depois, sobre nós recaiu a chacina de Vigário Geral, a da Candelária, a de Acari... Houve várias chacinas. Em outras palavras, a democracia liberal não nos resguarda de nada neste país. Portanto, eu tenho defendido que esse projeto está esgotado. Esgotado até porque o País está sendo destruído no que diz respeito à natureza. Se deixarmos essas pessoas continuamente no poder, veremos mudanças ainda mais devastadoras. A bancada ruralista, por exemplo, está com um projeto de lei ou um projeto de emenda constitucional para mexer em toda a legislação ambiental. É uma bancada robusta.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

A boaiada tem que passar.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

A boiada tem que passar em tudo quanto é canto. Acabou o cerrado, acabou a Mata Atlântica. Acabou tudo. Se não construirmos um novo projeto de nação, o País acaba. Olhem o que aconteceu no Rio Grande do Sul neste ano: só tragédia ambiental atrás de tragédia ambiental. E em Minas Gerais? As barragens de rejeitos estão aí, a mineração sobre a Serra do Curral... Se não construirmos um novo projeto de nação, a situação só vai piorar.

A Lei de Terras é de 1850. Faz 174 anos e ainda não foi feita a reforma agrária neste país. Esses resultados mínimos de reforma agrária foram conquistados a partir de lutas recentes e, mesmo assim, é preciso comprar a terra. É preciso pagar a terra que já foi roubada, que antes era de quilombolas, de índios. Destruíram os índios, destruíram as terras quilombolas, e aí o governo paga por terras que nem eram das pessoas que as ocuparam. Além disso, temos a questão do marco temporal, que representa ainda mais destruição para os povos indígenas.

Eu acho que a democracia não vai sobreviver. Estamos vendo o que aconteceu nas eleições municipais. O centro e a direita "nadaram de braçada". A esquerda e os progressistas conseguiram 700 e tantos postos no País inteiro; a direita, mais de 2 mil; e o centro mais de 2 mil também. Se nós, nestes dois anos, não fizermos nosso trabalho bem feito, quando chegarem as eleições para governador e presidente da República – ainda mais com a vitória do Trump nos Estados Unidos –, a probabilidade de este país cair totalmente no campo da extrema direita é altíssima. E a extrema direita, nós sabemos bem, são as políticas de morte.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Dentro disso, há uma sub-representação da população negra e feminina absurda, uma sub-representação nos processos políticos.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Claro! E me parece que houve uma votação significativa de pessoas pretas nessas eleições. Preciso conferir esses dados para o livro.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Na justiça eleitoral é a autodeclaração.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Até Antônio Carlos Magalhães Neto virou preto em uma das eleições passadas.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Tem outra dimensão nas eleições legislativas. Eu percebo uma politização da raça, inclusive na eleição de mulheres negras, mas ainda não conseguimos transformar essas vitórias legislativas em vitórias majoritárias. Embora haja alguns nichos de politização da raça, não há a transformação da raça em um passivo eleitoral. Isso significa que a dimensão da identificação racial não é transformada em motor de votação das majoritárias, ou seja, para conseguirmos prefeitos, governadores… A questão racial acaba ficando em segundo plano. Se pensarmos nos candidatos a prefeito de Belo Horizonte, de dez, os que tinham a questão racial visivelmente como plataforma política eram apenas de três ou quatro. E, para grande parte, sobretudo do centro e da direita, essa questão nem sequer aparecia.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

No segundo turno, nem apareceu. Com certeza!

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Uma das pessoas que assistem ao nosso programa traz uma questão importante. Ela pergunta: "Pelo que vocês podem observar, o racismo é um tema discutido satisfatoriamente em sala de aula nas escolas?".

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Existe um livro interessante, *Diploma de brancura, que mostra como*, no período republicano, houve uma troca da cor do corpo docente. Se antes havia muitas professoras e professores negros, houve, posteriormente, uma diminuição, sobretudo, pelo requisito do diploma. Então, se os estudantes negros não entravam como alunos, que dirá como professores. Assim, houve uma transformação da escola republicana em um lugar de reprodução do racismo, já que reproduzia ideias pseudocientíficas de hierarquia racial. O currículo científico tem dificuldades para romper com essas noções. O que acho que tem mudado esse cenário é justamente a política de cotas. É a mudança da cor dos estudantes de licenciatura que pode transformar as escolas em um espaço mais plural e em um espaço de disputa e de contradição. Diva sofreu racismo há 70 anos; eu tenho uma filha que sofreu racismo há cinco anos; e não se vê uma mobilização das escolas nesse combate. Eu acho que a presença de professores e professoras negras, como diz Nilma Lino Gomes, também ajudará a escola no combate ao racismo.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Não é só uma questão de currículo e programas, certo?

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Não é só questão de currículo, mas também de ponto de vista, de compromisso político e também de experiência.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Eu estava em Brasília em um encontro do Secadi – a secretaria do MEC que lida com essas questões – para avaliar os 100 dias dessa política, e disseram que o número de escolas no Brasil que aplicam a Lei 10.639[12] é ridículo, é mínimo. E havia pessoas de escolas quilombolas também querendo a formação de professores quilombolas, porque, em geral, chegam professores sem nenhuma habilidade para lidar com as nossas crianças, e vários estudos, inclusive os produzidos pela negritude, mostram que nos cadernos das crianças brancas sempre vem um carimbinho positivo: "Ah, isso mesmo, vai em frente!". A meninadinha negra nunca é estimulada assim: "Vai em frente, você vai ser um ótimo médico; você tem curiosidade sobre isso, então quem sabe você vai ser um arquiteto?".

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

O livro da Eliane Cavallero, *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*, é muito bom para se pensar sobre isso. Ele mostra como a bajulação é também um processo de incentivo de determinadas crianças. É o carinho, o beijo, o banho na primeira infância…

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

O abraço da professora…

12 A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica do Brasil.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Isso permite que uma criança tenha na escola uma trajetória que leva uma a ter horizonte e a outra não. A escola para até de fazer sentido.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Para até de fazer sentido. Você falou uma palavra-chave que eu tenho usado o tempo todo. A meninada pequenininha vai mal. A minha filha – ela hoje tem 41 anos – chegava da escola com dor de barriga, dor de cabeça. Pequenininha. E o problema era dela, quando eu reclamei na escola. Achavam até que ela tinha alguma deficiência, porque não rendia. A escola falou: "Ela só continua aqui se for feito um teste psicopedagógico". O que acontece? A meninadinha vai com sofrimento; tem a questão da merenda escolar... Vocês se lembram no período da pandemia? "Tem que voltar com a escola; as crianças estão passando fome". Houve até isso... É muito difícil a nossa vida neste país. Aí a criançada pequenininha segue e, quando chega no ensino médio, a nossa moçadinha não aceita mais. Os adolescentes não aceitam; eles vão embora.

Eu tenho usado a expressão "racioduto", porque eu comecei a fazer um estudo sobre adoecimento nas escolas e achei escolas em Belo Horizonte que eram deploráveis, caindo aos pedaços, fedendo, a comida da pior qualidade, sujas, com pintura sem reboco, tijolo aparecendo, escola com grade. Então, o que acontece? Essa meninada não aguenta e vai para a rua. A rua do meu tempo era boa, mas a rua nem sempre é boa. Pode ser má conselheira. Aí o que acontece? Qual que é a etapa desse racioduto? Vêm os centros socioeducativos, que não socializam ninguém nem educam. E qual é o final do racioduto? O emprisionamento em massa.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Os censos penitenciários estão aí para quem quiser olhar...

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Exatamente! Quem está na cadeia? Pessoas com baixo grau de escolaridade. E, então, o fracasso é só da família?

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

É a produção do fracasso.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Sim. E não podemos deixar de falar sobre o tema da reparação e de voltar a ele. Às vezes, parece até intuitivo falar em reparação. Claro, há um dano produzido lá atrás, e é preciso reparar esse dano. OK, mas falando um pouco do ponto de vista institucional... Por exemplo, a Conferência de Durban[13] é do começo do século. Tem mais de 20 anos e já traça diretrizes. No entanto, por um lado, as pessoas não querem saber ou não compreendem o que significa a reparação; muitas vezes, pretende-se que a reparação moral resolva tudo: pedir desculpas. Mas há uma questão material subjacente. Por outro lado, há uma resistência muito grande. Como tratar essa questão da reparação?

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Eu trouxe uma "colinha", porque isso é sobre o que estou tratando no meu livro, e você citou muito bem a questão da conferência de Durban. Depois, houve a década dos afrodescendentes, que se esgota este ano, e houve encontro na ONU para definir a nova década dos afrodescendentes. Coitada da ONU!... Eu coloquei em primeiro lugar, entre os objetivos da década dos afrodescendentes, promover o conhecimento e o respeito ao patrimônio, à cultura e à contribuição dos afrodes-

13 Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada em 2001, na África do Sul.

cendentes no desenvolvimento do País. Isso é fundamental. Eles não conhecem a nossa história. Eles nunca nos chamariam de vadios e vagabundos durante a escravização. Inclusive, o Brasil foi o último país da diáspora africana nas Américas a abolir o trabalho escravo, porque dávamos lucro. É importante esse conhecimento, e, em segundo lugar, é importante adotar e reforçar quadros jurídicos nacionais. A PEC da Segurança Pública é o avesso. É a adoção de quadros jurídicos que não estão de acordo com a declaração e com o programa da ação de Durban. E o objetivo três é promover o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos e da cidadania da população negra, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ou seja, nós estamos defendendo reparações na contramão do que está acontecendo no Brasil. E eu coloco também nas reparações da justiça legal – que está relacionada a essa questão dos quadros jurídicos – a justiça restaurativa. Por que justiça restaurativa? Porque as nossas comunidades estão mais do que sofridas.

Em Sabará, nesta semana e na semana retrasada, dois jovens negros se suicidaram. Quando a polícia vem, invade uma casa e mata uma criança negra… Porque as balas sempre nos acham. Nunca ouvi falar em bala perdida no [bairro] Sion, mas as balas perdidas sempre acham as crianças negras e as pessoas negras. Então, essas comunidades estão sofridas, essas famílias estão dilaceradas e precisam de apoio físico, de apoio médico e psicológico.

A Débora Silva, que teve um filho assassinado em São Paulo, fala assim: "Quase todo mundo ou morre de câncer ou fica com depressão profunda". Há um sofrimento muito grande, e a justiça restaurativa tem a ver com isso, com ajudar essas comunidades sofridas e dilaceradas depois de tanto sofrimento, depois de tanta agressão. E, por último, a justiça social e várias justiças (econômicas, fiscais, ambientais…). Estou falando da justiça ambiental, porque nossa população vive em distopias. Quando se privatiza a água, a distopia vai piorar: vai faltar até água de beber para o nosso povo.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Eu concordo absolutamente com aquilo para o que Diva estava chamando atenção. Eu fico pensando – talvez por ser minha área de atuação – que talvez o único lugar em que a dimensão da reparação avançou na sociedade brasileira foi justamente no ingresso na universidade pública. As cotas na universidade pública são uma reparação indireta, porque o acesso ao ensino superior não altera imediatamente as condições de vida da população em termos de ganho, mas a escolaridade no Brasil é a maior *proxy* de renda, ou seja, a maior aproximação. O aumento de escolaridade impacta a renda e não é à toa que houve uma resistência, porque estão "roubando as nossas vagas", pensando as vagas quase como se fossem capitania hereditária, ou seja, como se não se precisasse nem concorrer, pois as vagas já são de determinados grupo.

Eu fico pensando que o avanço nas políticas de cotas na universidade precisa ser acompanhado também de políticas de acompanhamento da *performance* no mercado de trabalho, porque a ideia é que o aumento da escolaridade possa impactar a inserção no mercado de trabalho e impactar uma rede, uma família, uma comunidade. Quando as pessoas começam um debate, dizendo que as cotas são transitórias…

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Daqui a 30 anos, daqui a 10 anos… Sim, houve a revisão da Lei de Cotas.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Sim! Eu fico me perguntando isto: se as cotas servem para reparar efeitos das políticas de ações negativas e também da escravização, quanto tempo é necessário para reverter efeitos de 300 anos de escravidão? 10 anos de cotas são suficientes?

Estamos engatinhando e, quando destacamos trajetórias importantes de cotistas, não é para dizer que está tudo resolvido. É para inspirar os que vêm, é para dizer para a nova geração "Vamos continuar; vale a pena". Mas precisamos de muito mais. Não estamos onde nós queremos estar, mas também não estamos mais onde queriam que nós estivéssemos. Acho que pensar essa dimensão de horizonte é pensar dessa forma, porque, se também só dizemos aquilo que não deu certo, desanimamos os que virão. Dizemos: "Olha, os que vieram nos trouxeram até aqui, e o nosso compromisso é levar os outros mais adiante". Exatamente porque o risco de retrocesso existe. Por isso, precisamos estar na fronteira, na trincheira. Para não deixarmos o processo retroceder e para avançar. Eu acho que o jogo do futebol americano serve como exemplo: avançar jardas.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Sim, porque o risco de retrocesso existe. Se pensarmos em termos de avanços, quais seriam pautas visíveis em um horizonte próximo?

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Para mim, no horizonte próximo, seria o governo brasileiro sentar conosco para construir uma agenda de reparações, porque não dá para adiar mais. Não é um tema só nosso, é um tema que já está aí, na ordem do dia. Nós estamos, aliás, atrasados no Brasil. A comunidade dos países caribenhos está muito à frente. Até o Vaticano está à frente. Nós tivemos uma reunião na Colômbia e a vice-presidente solicitou ao Vaticano reparações, em dezembro do ano passado, porque a Igreja Católica tem aceitado pedir desculpas, que é o que eu não quero. Não quero desculpas; ninguém pisou no meu pé. Pedimos desculpas quando acontece isso. São reparações. Então, houve um encontro na Colômbia para vermos o que são as reparações, como formatamos reparações do Vaticano.

Se, por exemplo, conseguíssemos eleger um candidato bom em Minas Gerais, poderia começar por Minas Gerais. Nos Estados Unidos, eles estão fazendo isso. Um país que, naquela dimensão continental, começa pelos estados. Na Califórnia, há uma força tarefa de reparações. A Universidade de Georgetown dos jesuítas, em Washington, já está discutindo reparações e fazendo as contas. Minas também poderia, porque Minas e São Paulo são os maiores estados devedores da população negra.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Porque o orçamento público é uma questão de seletividade.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Vão dizer que não há dinheiro. Como não há dinheiro?

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

A reforma agrária, para mim, é fundamental. Ela "organiza" uma série de desigualdades. Produz êxodo rural, produz afavelamento, reproduz a desigualdade que está atravessada por dimensões raciais e étnicas.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Essas são questões que transpassam tudo, que afetam tudo. Uma reforma que fragiliza o direito do trabalhador atinge a quem principalmente? Se pegamos estatísticas de acidentes de trabalho, quem está lá? Isso significa que não se trata de uma estatística seca, mas de uma estatística que tem nome e endereço.

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Percebe-se que não é uma discussão identitária despolitizada. É uma discussão da condição de vida, ou seja, das condi-

ções para produzir e reproduzir uma vida com qualidade. É isso que estamos discutindo. O racismo atravessa essa dimensão, e precisamos falar sobre isso.

III – Encerramento

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

O nosso debate está indo muito bem, mas estamos chegando no horário de encerramento. Eu sempre comento que é muito rápido às vezes, como hoje. Parece que acabamos de começar a conversar...

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

E foi ótimo, porque, em geral, não temos tempo para discorrer com mais profundidade. É sempre tudo tão corrido...

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Cada tema sobre o qual falamos aqui daria um programa separado... Mas, enfim, é um luxo para nós receber vocês.

Eu vou passar agora para as considerações finais. Fiquem à vontade. Acho mesmo que esse é um tema para o qual nós temos que voltar recorrentemente, ao menos enquanto houver o problema, e nós não estamos enxergando solução de curto prazo, por enquanto.

[Palestrante – Prof.ª Diva Moreira]

Eu quero agradecer. Foi ótimo este programa! Estar aqui com Ednilson, com Wladimir, que eu já conhecia de priscas eras... uma alegria muito grande!

Eu estou preocupada com tudo o que está acontecendo, como vocês viram e como quem está nos escutando ouviu. A minha preocupação é muito grande, mas eu aposto que a juventude que virá depois de nós encontrará um terreno melhor do que aquele que eu encontrei e do que aquele que os nossos ancestrais encontraram. A aposta que eu faço é essa. Há jovens fazendo uma proposta de construir e organizar uma juventude pró-reparações. Espetacular! Mais e mais grupos para agilizar a discussão de um tema, de uma pauta que está atrasada em nosso país e que é fundamental para a população negra: reparar os danos que este país provocou durante mais de 300 anos de trabalho escravizado e durante 135 anos de República. Muito obrigada!

[Palestrante – Prof. Rodrigo Ednilson de Jesus]

Eu me sinto muito honrado de participar desta conversa com a Diva, com a mediação do Wladimir, com o convite para estar aqui no *Pensando em Minas*.

Eu tenho feito da minha atuação acadêmica também uma atuação política e me vejo então – nas palavras de Nilma [Lino Gomes] novamente – como intelectual engajado, como uma pessoa que tenta ler a realidade para mudá-la. Não é só por meio de uma leitura contemplativa, mas com compromisso com a mudança a partir do legado das pessoas que vieram antes. Acho que todo lutador do movimento negro é, de certa forma, um realista utópico. É uma leitura da realidade nua e crua, mas que está ancorada em uma utopia, em uma crença na possibilidade de ter dias melhores, de ter mudança. E eu me coloco nessa situação de perceber que temos muito a fazer e, por isso, precisamos de mais pessoas.

Ao longo do tempo, temos produzido tecnologias sociais de mudança que têm ensinado a sociedade brasileira sobre cultura afro-brasileira e sobre a luta das pessoas negras e que têm também produzido tensão. Espero que consigamos avançar mais na direção do que Diva chama de "um outro projeto de sociedade",

porque o projeto atual vai mostrando, em Minas, na Espanha, nos Estados Unidos, catástrofe atrás de catástrofe. Esse modelo predatório não gera felicidade, em geral. Ele gera, sim, para poucos, mas precisamos avançar.

[Mediador – Prof. Wladimir Dias]

Oxalá estejamos caminhando para essa nova sociedade! Quero agradecer demais à Diva e ao Rodrigo, a todos que estiveram conosco e aos que ainda vão assistir ao programa ao longo dos dias. E também quero agradecer ao pessoal dos bastidores, à nossa equipe sensacional, à Adriana Agostini, nossa produtora, ao pessoal da TV Assembleia, da Escola do Legislativo. Enfim, só conseguimos fazer o programa aqui por causa desse trabalho conjunto.

E quero enfatizar a importância do tema mais uma vez. Que este mês não seja um mês só de comemoração, mas de conscientização, de engajamento em torno de uma necessidade de mudança e de avanço. Acho que eu saio hoje do programa mais esperançoso do que eu entrei, e isso é muito bom!

Muito obrigado e até o próximo *Pensando em Minas*.